

Michael Mann – Fascistas

Rio de Janeiro: Record, 2008.

Rogério Souza Silva

Em *Fascistas*, o sociólogo Michael Mann alerta a todo o momento sobre a necessidade de levar a sério esse movimento político e os seus adeptos – pensando que seus discursos, por mais absurdos que puderam ser, foram, em grande parte, colocados em prática. O fascismo surge como algo novo, com métodos que surpreenderam liberais, conservadores e marxistas. Juntamente com isso, tem que se pensar na ideia de *fascismos*, onde aparecem diferentes experiências que foram lideradas por figuras políticas de extrema-direita com estilos absolutamente inovadores, como Mussolini e Hitler. Esse é o âmago da análise de Mann.

O pano de fundo de todas essas questões é contexto que surge no mundo após a Primeira Guerra Mundial: o fascismo seria uma resposta a um conjunto de crises enfrentadas por vários países após aquela conflagração. Vale ressaltar que essa experiência política, para o autor, foi um fenômeno essencialmente europeu. Para isso, ele procura definir com precisão suas características, mostrando que seus aspectos mais marcantes ocorreram da década de 1920 até 1945, escolhendo como objeto de sua discussão seis países: Itália, Alemanha, Áustria, Hungria, Romênia e Espanha. Sua ideia, especialmente no que diz respeito aos dois primeiros, é mostrar a ascensão do movimento e não propriamente o regime instalado.

Mann procura, ao longo da obra, ser bastante cuidadoso na definição de fascismo. Ele vê cinco características básicas para melhor compreendê-lo: nacionalismo, estatismo, transcendência, expurgos e paramilitarismo. A terceira e a quinta características merecem uma discussão mais atenta. A ideia de transcendência expressa a vontade dos adeptos desses movimentos em romper com as concepções liberais que pregavam a harmonia de classes patrocinadas pelo mercado e com a ideia marxista da derrubada do poder

capitalista e a instauração do socialismo. Os fascistas apareceriam como uma “Terceira Via”, ao mesmo tempo criticando aspectos do capital e do trabalho. Quanto ao paramilitarismo, o autor coloca como sendo um valor fundamental e considerado um elemento que proporcionou a ação de baixo para cima, dando tons populares ao movimento. Ao longo do texto, nas várias experiências paramilitares apresentadas (SS, SA, Camisas Negras, Legião do Arcanjo Gabriel, Cruz Flechada, Falange), a ideia de comunhão, companheirismo e cultura machista vão estar presentes nessas diferentes experiências de violência armada.

Uma das contribuições fundamentais dessa obra é a cuidadosa distinção que o autor faz das diferentes formas de autoritarismo de direita daquele contexto. Ou seja, nem todos os direitistas autoritários eram necessariamente fascistas. São assim classificadas as várias experiências de autoritarismos: regimes semi-autoritários, regimes autoritários semi-reacionários, regimes corporativistas e regimes fascistas. É importante notar que com todas as diferenças destacadas por Michael Mann, as diversas características desses regimes se interpenetram, não havendo um tipo puro. Por exemplo, todos os autoritários desse período tiveram Mussolini como paradigma.

A obra procura romper com duas concepções bastante clássicas sobre as origens do fascismo. Uma delas tem como norte a explicação classista que mostra os fascistas como sendo elementos marginais das sociedades europeias – *ralé*, na expressão usada por Hannah Arendt (ARENDDT, 2000, p. 355) – que, sem lugar na estrutura tradicional, teriam aderido ao direitismo radical. O autor, com dados muito precisos, especialmente no que diz respeito à Alemanha, procura mostrar como era variada a adesão de classes a esses movimentos. Outra concepção que o autor procura superar diz respeito à crise econômica que teria desencadeado os movimentos fascistas. Dessa vez, Mann faz uma análise continental e mostra que, na sua totalidade, a Europa tem uma vida econômica instável nos anos 20 e início dos anos 30, mas que essa crise não foi o fator fundamental para o surgimento do fascismo, pois um dos exemplos bastante destacados no livro são as soluções que foram encontradas pelos países escandinavos que passaram por turbulências, fizeram reformas de cunho econômico com uma participação importante do Estado, porém sem o comprometimento da estrutura democrática. Portanto, no caso de Alemanha e Itália, a crise econômica abalou essas sociedades e favoreceu a ascensão de grupos radicais. No entanto, não foi seu fator fundamental.

Nesse ponto o autor mostra fatores que vão além das determinações de classe ou econômicas buscando questões de gênero (a participação das mulheres foi importante, apesar de muitas vezes confinadas aos papéis de mãe e esposa), o militarismo (há uma geração de jovens recém chegados das frentes de combate da Grande Guerra) e um dos pontos mais interessantes que é a idade dos adeptos desses grupos. Quanto a este último, percebe-se como o fator etário foi importante: Michael Mann chega a afirmar que o fascismo foi o primeiro movimento político a exaltar a juventude, pois o ideário do novo, da ação e, crucialmente, da violência atraiu legiões de jovens do sexo masculino para as suas fileiras.

Um ponto em comum nas várias experiências dos grupos fascistas trabalhadas na obra é o anti-semitismo. Apesar desse sentimento de ódio impregnado nos movimentos tratados pelo autor, notar-se-á distintos níveis em que tal postura influenciou na ação de seus seguidores. Na Itália, como ele procura mostrar, a preocupação com os inimigos étnicos (até a invasão da Etiópia em 1936) e a perseguição aos judeus (se for deixado de lado os últimos anos da Segunda Grande Guerra) não foi um fator essencial. Porém, no caso da Alemanha, o anti-semitismo alcançou um caráter racial mesclado com violência extrema. Viam os judeus como um corpo estranho dentro daquela sociedade. Através de construções discursivas procuravam demonizá-los com verdadeiros oxímoros, do tipo: “sistema marxista-capitalista-judaico de extorsão” (MANN, 2008, p. 244). A experiência austríaca seguiu esse mesmo padrão: como Mann observa baseado num relato de época, teria sido até mais acentuado do que na Alemanha tendo saído daquele país muitos dos perpetradores da Solução Final. Na Hungria, os judeus apareciam como aliados dos interesses estrangeiros que fizeram com que o país perdesse grande parte de seu território. O principal movimento fascista húngaro, a Cruz Flechada, afirmava que os magiares (maior grupo étnico daquela nação) eram explorados pelos judeus. Seu líder Szálazi, da mesma maneira que Hitler, transformou a questão judaica em sua principal plataforma. Há passagens em que fica bem clara a vitimização da Hungria, tendo esta se tornado alvo de imaginários complôs dos judeus e das ambições das potências ocidentais, tornando-se assim uma “nação proletária” (MANN, 2008, p. 325). Na Romênia, ver-se-á um espírito de grande repulsa aos judeus. O grupo paramilitar denominado Legião do Arcanjo Gabriel – ou Guarda de Ferro –, por meio de seu líder Crodeanu, procurou definir a Romênia também como uma nação proletária

sendo explorada por magiares, alemães e, especialmente, por judeus. Para o autor, naquele país, ao contrário das outras regiões citadas, o domínio judeu seria algo mais concreto, pois há um número significativo de indivíduos desse grupo em áreas como a advocacia e o comércio. Por fim, na Espanha, a Falange, o seu maior grupo fascista, realizou mais perseguições e expurgos políticos do que propriamente étnicos, não sendo o anti-semitismo o seu elemento discursivo mais importante.

Na conclusão da obra, Mann procura fazer um apanhado para entender como as classes proprietárias da Europa, nas regiões discutidas por ele, aderiam com muita facilidade ao fascismo. É destacado que o medo das ideias de esquerda foi fundamental para isso, ao lado das ameaças externas (reais ou imaginárias) e, mesclado aos dois fatores anteriores, os diferentes níveis de anti-semitismo. Nessa parte há um questionamento levantado pelo autor: “Fascistas Vivos?”. A partir disso ele tenta entender o contexto europeu após a Segunda Guerra, onde o continente esteve, até 1989, dividido em duas partes, uma de influência da democracia liberal (com a exceção de Portugal e Espanha, que mantiveram regimes autoritários até meados dos anos 70) e outra sob a do comunismo. Como ele bem observa, nesses dois mundos, chamar alguém de fascista passou a ser um xingamento. Porém, na década de 1970, viu-se na Europa Ocidental o ressurgimento de grupos políticos que se diziam ligados ao legado fascista, baseando-se em elementos originais do movimento, como o nacionalismo extremado e o racismo biológico. Uma de suas características seria a negação da existência do Holocausto. Tais posturas provocaram seu isolamento, resultando com isso uma falta de apoio popular, tornando-os bastante insignificantes. A influência fascista iria continuar em grupos que deram outras roupagens a essas ideias políticas e, por essa razão, vêm conseguindo sucessos eleitorais no continente. Suas novas bases discursivas ainda estruturam-se em elementos do nacionalismo, porém temperados por posturas anti-globalização e, ao lado disso, a necessidade de barrar a onda de imigrantes de países mais pobres para dentro de suas fronteiras. São exemplos relevantes dessas posturas a Frente Nacional de Le Pen, na França, na Alemanha os *Republikaner*, o austríaco Partido da Liberdade de Haider, entre outros. Um dado concreto é que nenhum desses partidos denuncia a democracia ou demonstra intenção de eliminá-la, seu discurso radical tem como meta um projeto essencialmente eleitoral. Ao lado disso, para ressaltar as diferenças entre o velho e o novo fascismo, nota-se a

ausência de paramilitarismo, pois nenhum dos partidos citados por Mann tem vinculação direta com as violências cometidas por bandos de jovens arruaceiros que se autodenominam de *skinheads*. Desse modo, o fascismo, na estratégia de tais grupos, deixa de ser uma meta política e se transforma em um chamariz para atrair eleitores mais conservadores, saudosistas e insatisfeitos sem, em nenhum momento, pensar em tomar o poder para quebrar a ordem interna e externa. Mann, nas passagens finais, levanta a hipótese de um fascismo de cunho religioso, especialmente no mundo muçulmano e hindu, sendo o Bharatiya Janata Party (BJP) – Partido do Povo Indiano – e a Al-Qaeda colocados como exemplos. Entretanto, o primeiro, ao tomar o poder na Índia, apesar do discurso discriminatório em relação às minorias religiosas, manteve a estrutura democrática e aplicou políticas econômicas de cunho liberal (indo contra a tradição estatista dos fascismos). No outro exemplo, não há nos discursos da organização criada por Osama Bin Laden sequer alguma referência a projetos políticos e econômicos claros para que algum estudioso possa qualificá-la como fascista.

Assim, o livro conclui que os fascistas – dentro do modelo desenvolvido entre a década de 20 até 1945, por enquanto, estão mortos e sua ressurreição não está próxima. Contudo, há no mundo, como percebe o autor, um contexto econômico, político e social que poderia favorecer a ascensão de grupos radicais, bem familiares ao fascismo original. Com certeza, os fascistas, se voltarem, teriam outras roupagens, pois as já conhecidas causariam uma enorme repulsa. A questão que fica no ar (e que Mann não responde) é: quais seriam essas roupagens?

Fascistas é um livro instigante. Michael Mann proporciona ao leitor uma análise de ótima qualidade aliada a um texto leve, apesar da aspereza do tema. As diferenças entre as formas de autoritarismo daquele contexto são uma contribuição de grande importância e sua discussão de outras experiências fascistas além de Alemanha e Itália é muito enriquecedora. Entretanto, sua convicção de que o fascismo foi um fenômeno unicamente europeu traz alguns incômodos para quem está do outro lado do Atlântico, tendo em vista o fato de que os simpatizantes e leais seguidores desses modelos estiveram presentes em outros lugares do globo. É óbvio que a Europa foi o epicentro da reação fascista. Da mesma forma como dentro do próprio continente europeu o autor observa significativas variações desse modelo de autoritarismo, o mesmo pode ser colocado em outras paragens. É claro que

com suas características bem próprias. Quando se observa o integralismo de Plínio Salgado, por exemplo, o que se vê é um movimento de cunho autoritário com as características da tradição política do Brasil. Mas estaríamos tampando os olhos se não víssemos as claras familiaridades que existem com o modelo fascista europeu:

Se ficarmos apenas no campo da política, as diferenças são significativas, como comprovam muitos textos escritos por quadros do movimento na época. Contudo, se caminhararmos para o campo da semiótica e dermos importância às indumentárias, às formas de saudação, aos rituais, aí sim, o movimento pode ser considerado como um parente em primeiro grau do fascismo. O próprio Plínio, em 1930 (entre os meses de abril e outubro), fez uma longa viagem, como preceptor do filho de um advogado e banqueiro paulista, pela Turquia, Itália, Alemanha e Portugal, entre outros países, notando as mudanças pelas quais passavam essas nações. Sem a menor dúvida, o contato com tais realidades foi impactante em sua mente e serviu de referencial para os passos que ele daria a seguir (SILVA, 2005, p. 63-4).

Sim, distantes, mas parentes. As próprias concepções autoritárias do fascismo aportaram em diferentes formas de regimes políticos. Na segunda metade do século XX, os regimes autoritários instalados em várias partes do mundo usaram e abusaram dos modelos de terror do fascismo. Fez-se escola, pois, como coloca o sociólogo britânico Paul Gilroy, o fascismo, mais do que ser um regime político, tornou-se uma técnica e um estilo de poder de que as próprias democracias, em vários momentos, fizeram uso (GILROY, 2007, p. 189).

Bibliografia

- ARENDRT, Hanna. 2000. *Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GILROY, Paul. 2007. *Entre campos: nações, cultura e o fascínio da raça*. São Paulo: Annablume.
- MANN, Michael. 2008. *Fascistas*. Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, Rogério Souza. 2005. "A política como espetáculo: a reinvenção da história brasileira e a consolidação dos discursos e das imagens integralistas na revista *Anauê!*" *Revista Brasileira de História*, v. 25, n. 50, p. 61-95.